

Ofício Andifes nº 035/2022

Brasília, 29 de março de 2022

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Com cordiais cumprimentos, apresento, em nome da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, algumas ponderações e proposições acerca da minuta de proposta para a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

1. O documento não apresenta um diagnóstico sobre a situação atual da ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Neste sentido, a política proposta não aponta caminhos nem estratégias claras para superar as dificuldades que o contexto atual aponta.
2. A questão do financiamento não é tratada com a atenção necessária e clareza sobre distribuição de recursos. Por exemplo, as agências oficiais de fomento não são mencionadas como parte estratégica da política de ciência, tecnologia e inovação. Semelhantemente, as agências estaduais, que cumprem papel de destaque nesta política, merecem tratamento adequado, pois permitem a criação de uma sinergia importante para o desenvolvimento do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação.
3. O documento também ignora as mudanças necessárias na governança do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em especial no tocante ao indispensável protagonismo da comunidade científica nacional na formulação e decisão sobre as políticas nacionais para o setor.
4. Os oito desafios apresentados para a CT&I carecem de mecanismos de ação para os seus respectivos enfrentamentos, assim como clareza sobre quais ações serão estratégicas e prioritárias para o futuro da CT&I do Brasil.

Senhor Ministro Marcos Pontes
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC)

C/C: Sergio Freitas de Almeida - Secretário-Executivo (SECEX/MCTIC) e CCT

5. Particularmente nos desafios 2, 3 e 4, não estão claras as políticas de financiamento e investimento providas do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT) e suas respectivas prioridades de apoio e repasse de recursos. Neste sentido, o documento não é claro quanto à política de apoio à inovação e empreendedorismo, spin-offs e startups que interagem com a formação acadêmica e atuação em empresas.
6. Os desafios 5, 6, 7 e 8 referem à consolidação e fixação de recursos humanos atuando no SNCTI. Contudo, não há referência às ações, indicadores e metas associadas. O texto é generalista e não considera as particularidades de cada região, potencialidades e demandas de empresas/indústrias. É necessário prever a formação de corpo docente para atuar na academia, no setor privado e no terceiro setor, visando ao desenvolvimento do país.
7. Os eixos estratégicos definidos no plano apresentado não apresentam ações, indicadores e metas de forma a serem elaborados os planos de desenvolvimento institucional de entidades ligadas a CT&I do Brasil. Quais as metas a curto, médio e longo prazo? Qual o papel das Universidades e Institutos de Pesquisa na execução das metas? Como pode haver monitoramento e utilização de instrumentos de planejamento do PNCTI, se não há clareza dos indicadores e metas?
8. A pesquisa científica e tecnológica em nosso País está fortemente vinculada aos Programas de Pós-Graduação existentes. Assim, o incentivo à pós-graduação deve aparecer de maneira inequívoca na política nacional de ciência, tecnologia e inovação, enquanto atores indispensáveis desta política.
9. Sabe-se que a pesquisa no Brasil ocorre principalmente nas universidades. Assim, universidades e institutos devem aparecer como protagonistas ao se formular uma política nacional de ciência, tecnologia e inovação. Ora, este importante aspecto não aparece na minuta avaliada.
10. É necessário que a política que está sendo formulada seja capaz de apontar a necessidade de pensar em temas e questões estratégicas para o País em todas as áreas do conhecimento, incluindo as ciências humanas e sociais.

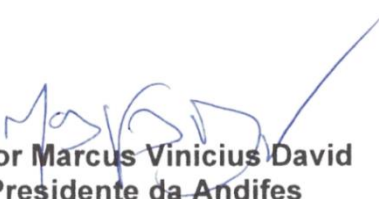
11. O Brasil é um País com desigualdades e assimetrias regionais importantes, que precisam ser levadas em conta ao se propor uma política de ciência, tecnologia e inovação. Além disso, dispomos de regiões inteiras que carecem de atenção especial, como a Amazônia, o Pantanal, o Cerrado e o Semiárido. Estes aspectos devem, necessariamente, aparecer ao se formular uma política nacional, como esta que se propõe.

12. A comunidade científica não teve o tempo necessário de discussão da proposta. Sua opinião e compromisso são indispensáveis, pois, é exatamente esta comunidade que tornará possível a execução da política nacional de ciência, tecnologia e inovação, e garantirá os avanços e sucessos esperados e de que o país tanto necessita.

Assim sendo, os reitores e reitoras, reunidos na Andifes propõem adiar a data de formalização da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, concedendo aos atores desta política o tempo necessário de reflexão para tornar possível a apresentação de sugestões e recomendações pertinentes. É fundamental que não se oficialize algo que carece ainda de muita atenção e cuidado, sob pena de tornar esta política ineficiente ou, até mesmo, inadequada e prejudicial.

Agradeço a compreensão de Vossa Excelência e renovo nossa plena disposição para debater as propostas apresentadas, com o intuito de colaborarmos com a construção de um documento objetivo e com diretrizes de governança claras, visando à valorização da ciência, tecnologia e inovação como patrimônio do Brasil e de todos os brasileiros.

Cordialmente,


Reitor Marcus Vinicius David
Presidente da Andifes